

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

À espera da Cimeira

Completam-se agora exactamente três meses - um trimestre! - em que já devia ter ocorrido uma Cimeira entre os Governos da República e os Regionais dos Açores e da Madeira.

A sala, no majestoso Terra Nostra, nas Furnas, até já estava decorada e pronta para o encontro.

Luís Montenegro decidiu, à última da hora, adiar o encontro quando se soube que ia haver eleições na Madeira.

Ou seja, por causa de um acto eleitoral numa das Regiões Autónomas, a outra é prejudicada na agenda de Suas Excelências em Lisboa.

Só em Portugal!

Já lá vão três longos meses, num ano crucial para acertos de investimentos ao abrigo do PRR, e os assuntos prementes, pelo menos para os açorianos, ficam nas gavetas bolorentas do Terreiro do Paço.

E um deles são as viagens entre os Açores e o Continente, que iriam passar a custar 119 euros para os açorianos residentes e 89 euros para os estudantes.

O anúncio foi feito pelo próprio Primeiro-Ministro no encerramento do Congresso do PSD/Açores, que se realizou em Outubro (cinco meses!), em Ponta Delgada.

Luís Montenegro defendeu também, na altura, uma revisão da Lei das Finanças Regionais “que dê justiça e previsibilidade às contas da Região”, afirmando no mesmo local que “em sete meses fez mais do que o PS em sete anos”.

Já se passaram quatro meses - e não sete - e a situação é esta: nem passagens mais baratas, nem nova Lei de Finanças Regionais.

Bolieiro dizia, então, que era “um assunto prioritário”!...

É assim que anda este país, com anúncios à velocidade de um Ferrari e acção à velocidade de um carro de bois à moda do Espírito Santo.

O Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Luís Garcia, fez esta semana um discurso soberbo perante o seu homólogo nacional, Aguiar Branco, justamente a alertar para a urgência da revisão da Lei de Finanças.

Havendo um consenso generalizado entre todos os partidos, não se percebe a demora, nem porque temos de esperar por uma Cimeira, que ainda aguarda o impasse madeirense.

Estamos a correr o risco de perdermos este ambiente consensual na presente conjuntura e atirarmos este e outros assuntos urgentes para os meses acalorados da campanha eleitoral autárquica e presidenciais, onde o desen-tendimento entre partidos é óbvio e o ambiente é propício para o apetite devorador do Tribunal Constitucional reprovar tudo o que seja em benefício das Regiões Autónomas.

Mas há mais: o líder do PS-Açores, Francisco César, ultrapassou esta semana o Governo de José Manuel Bolieiro, ao colocar-se à frente de um consenso para conseguir na República um novo modelo de transportes marítimos de mercadorias para os Açores.

Trata-se de um assunto que está na agenda há tanto tempo, mas os governos da coligação e o PSD andam a apanhar bonés, certamente ainda à espera da bendita Cimeira sempre adiada.

O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada veio, também esta semana, alertar para a urgência do problema, que está a afectar todas as ilhas, e não é por acaso que começam a faltar produtos nas prateleiras das lojas, inclusivé nas ilhas maiores, coisa nunca vista.

O tempo da política não é o mesmo tempo da vida do cidadão comum.

Sentados nos seus confortáveis gabinetes, os políticos precisam de um bom banho de realismo, descendo à terra dos problemas que os cidadãos enfrentam todos os dias.

É preciso mais acção e menos conversa, mais problemas resolvidos e menos cenários de espectáculo de sala.

A dita Cimeira que se realize com a Madeira quando os madeirenses resolverem quem lhes governa, mas não podemos estar nesta dependência absurda, com outra Lei em espera, a da gestão partilhada do Mar, navegando nas profundezas de um adiamento inconcebível.

A nossa Região e o nosso parlamento já deram uma imagem vergonhosa com aquela coisa a que chamaram “Reforma da Autonomia”, há quase uma década a criar bolor nas gavetas dos senhores deputados.

Não há nenhuma razão para o Governo dos Açores por-se a caminho de Lisboa e bater à porta, com estrondo, em S. Bento, dizendo ao que vem.

Afinal, são amigos ou não?!

Açores tiveram mais 126 edifícios licenciados no ano passado

Os Açores registaram no ano passado um aumento de edifícios licenciados, passando de 828 em 2023 para 954 em 2024, mais 126 edifícios.

Segundo dados do SREA, o ano fechou apenas com duas ilhas a registarem um decréscimo de edifícios licenciados: Pico e Faial.

S. Miguel registou o maior volume de edifícios licenciados, passando de 462 para 575 no espaço de um ano.

Apesar do Pico ter registado uma diminuição, continua a ser a segunda ilha com mais edifícios licenciados, tendo passado de 144 para 135.

A Terceira ficou-se pelos 107, contra os 94 do ano anterior.

Total de edifícios licenciados	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado Homólogo
Açores	2023	64	74	72	58	84	74	66	62	88	75	65	46	828
	2024	65	68	51	83	105	92	90	78	77	80	93	72	954
Santa Maria	2023	6	6	-	5	8	-	2	2	5	-	1	2	37
	2024	5	6	5	3	2	-	4	2	5	3	4	8	47
São Miguel	2023	36	33	43	31	44	34	42	38	50	43	44	24	462
	2024	40	34	27	58	67	62	54	43	46	48	57	39	575
Terceira	2023	10	9	6	6	12	15	9	7	9	4	4	3	94
	2024	8	7	5	11	11	9	11	10	10	6	13	6	107
Graciosa	2023	1	2	-	3	-	3	1	-	3	4	4	2	23
	2024	2	4	2	-	1	1	3	1	1	5	2	4	26
São Jorge	2023	2	3	4	-	2	2	2	2	1	-	2	-	20
	2024	1	-	1	-	4	6	1	1	2	3	4	2	25
Pico	2023	9	15	16	11	12	14	7	10	14	17	9	10	144
	2024	7	15	8	8	16	11	12	15	11	11	12	9	135
Faial	2023	-	3	3	2	4	2	3	2	6	5	1	3	34
	2024	2	1	1	1	3	-	3	6	-	2	1	2	22
Flores	2023	-	3	-	-	2	4	-	1	-	2	-	1	13
	2024	-	1	2	2	-	2	1	-	2	2	-	2	14
Corvo	2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	2024	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	3

Nota: Dados preliminares